

## COMPROMISSO DE BRASÍLIA.

*LUIS SAIA*

Chefe do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Nos dias 1, 2 e 3 de abril de 1970, reuniram-se em Brasília, convocados pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Governadores de Estados, Secretários, Prefeitos, Presidentes de Entidades Culturais e o pessoal da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para estudar medidas complementares de proteção e revalorização do acervo cultural do Brasil.

O COMPROMISSO DE BRASÍLIA, documento resultante desse encontro, encaminha uma sistemática para o previsto nos artigos 23 e 25 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

A D.P.H.A.N. tem-se esforçado, em mais de 30 anos de atividades, no sentido de alcançar a colaboração dos governos regionais, entidades, pessoas naturais e jurídicas.

Os exemplos que ilustram a presente publicação, constituem uma amostragem do que foi possível realizar nesse plano de esforços conjuntos.

A presente iniciativa, de divulgar o COMPROMISSO DE BRASÍLIA, é outro exemplo de colaboração:

- o Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo cuidou da impressão,
- o Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo — contribuiu com os clichês,
- e o 4º Distrito da D.P.H.A.N. forneceu o material fotográfico e demais indicações.

\* \*  
\*

### *COMPROMISSO DE BRASÍLIA.*

Os Governadores de Estado, presentes ao Encontro promovido pelo Ministro da Educação e Cultura, para o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do Patrimônio Histórico e Ar-

tístico Nacional; os Secretários de Estado e demais representantes dos Governadores que, para o mesmo efeito, os credenciaram; os Prefeitos de municípios interessados; os Presidentes e representantes de instituições culturais igualmente convocadas.

Em reunião de propósitos, solidários integralmente com a orientação traçada pelo Ministro Jarbas Passarinho na exposição por Sua Excelência feita ao abrir-se a reunião, e manifestando todo o apôio à política de proteção dos monumentos, da cultura tradicional e da natureza, resumida no Relatório apresentado pelo Diretor do órgão superior, a D.P.H.A.N., a quem incumbe executá-la, e nas recomendações que nele se contém, do Conselho Federal de Cultura, decidiram consolidar, através de unânime aprovação, as resoluções adotadas no Documento, ora por todos subscrito, e que se chamará **COMPROMISSO DE BRASÍLIA**:

1. — Reconhecem a inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor *nacional*.

2. — Aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica da DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional.

3. — Para a obtenção dos resultados em vista, serão criados onde ainda não houver, órgãos estaduais e municipais adequados, articulados devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com a DPHAN, para fins de uniformidade de legislação em vista, atendido o que dispõe o art. 23 do Decreto-Lei 25, de 1937.

4. — No plano de proteção da natureza, recomenda-se a criação de serviços estaduais, em articulação com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e, bem assim, que os Estados e Municípios secundem o esforço pelo mesmo Instituto empreendido para a implantação territorial definitiva dos Parques Nacionais.

5. — De acôrdo com a disposição legal acima citada, colaborará a DPHAN com os Estados e Municípios que ainda não tiverem legislação específica, fornecendo-lhes as diretrizes tendentes à desejada uniformidade.

6. — Impõe-se complementar os recursos orçamentários normais com o apêlo a novas fontes de receita de valor real.

7. — Para remediar a carência de mão-de-obra especializada, nos níveis superior, médio e artesanal, é indispensável criar cursos visando a formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades, orientados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional os cursos de nível superior.

8. — Não só a União, mas também os Estados e Municípios se dispõem a manter os demais cursos, devidamente estruturados, segundo a

orientação geral da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atendidas as peculiaridades regionais.

9. — Sendo o culto do passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídos nos currículos escolares de níveis primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e de cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina de Educação Moral e Cívica; no nível superior (a exemplo do que já existe nos cursos de Arquitetura com a disciplina de Arquitetura no Brasil), a introdução, no currículo das Escolas de Arte da disciplina de *História da Arte no Brasil*; e nos cursos não especializados, e de Estudos Brasileiros, parte dêste consagrados aos bens culturais ligados à tradição nacional.

10. — Caberá às Universidades o entrosamento com Bibliotecas e Arquivos Públicos nacionais, estaduais, municipais, bem assim com os arquivos eclesiásticos e de instituições de alta cultura, no sentido de incentivar a pesquisa quanto a melhor elucidação do passado e à avaliação e inventário dos bens regionais cuja defesa se propugna.

11. — Recomenda-se a defesa do acervo arquivístico, de modo a ser evitada a destruição de documentos, ou tendo por fim preservá-los convenientemente, para cujo efeito será apreciável a colaboração do Arquivo Nacional com as congêneres repartições estaduais e municipais.

12. — Recomenda-se a instituição de museus regionais, que documentem a formação histórica, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição.

13. — Recomenda-se a conservação do acervo bibliográfico, observadas as normas técnicas oferecidas pelos órgãos federais especializados na defesa, instrumentação e valorização dêsse patrimônio.

14. — Recomenda-se a preservação do patrimônio paisagístico e arqueológico dos terrenos de marinha; sugerindo-se oportuna legislação que subordine as concessões nessas áreas à audiência prévia dos órgãos incumbidos da defesa dos bens históricos e artísticos.

15. — Com o mesmo objetivo, é desejável que pelos Estados seja confiada a especialistas a elaboração de monografias acêrca dos aspectos sócio-econômicos regionais e valores compreendidos no respectivo patrimônio histórico e artístico; e também que, em cursos especiais para professôres de ensino fundamental e médio se lhes propicie a conveniente informação sôbre tais problemas, de maneira a habilitá-los a transmitir às novas gerações a consciência e o interesse do ambiente histórico-cultural.

16. — Caberá às Secretarias competentes dos Estados a promoção e divulgação do acervo dos bens culturais da respectiva área, utilizando-se, para êste fim, os vários meios de comunicação de massas, tais como a imprensa escrita e falada, o cinema, a televisão .

17. — Há, outrossim, necessidade premente do entrosamento com a Hierarquia eclesiástica e superiores de Ordens religiosas e confrarias, para que tôdas as obras que venham a efetuar em imóveis de valor histórico ou artístico de sua posse, guarda ou serventia, sejam precedidas da audiência dos órgãos responsáveis pela proteção dos monumentos, nas diversas regiões do País .

18. — Que a mesma cautela prevista no ítem anterior, seja tomada junto às autoridades militares, em relação aos antigos fortes, instalações e equipamentos castrenses, para a sua conveniente preservação .

19. — Urge legislação defensiva dos antigos cemitérios e especialmente dos túmulos históricos e artísticos e monumentos funerários.

20. — Recomenda-se utilização preferencial para Casas de Cultura ou repartições de atividades culturais, dos imóveis de valor histórico e artístico cuja proteção incumbe ao Poder Público .

21. — Recomenda-se aos poderes públicos Estaduais e Municipais colaboração com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no sentido de efetivar-se o contrôle do comércio de obras de arte antiga .

22. — Os participantes do encôntro ouviram com muito agrado a manifestação do Ministro de Estado sensível à conveniência da criação do Ministério da Cultura, e consideraram chegada esta oportunidade, tendo em vista a crescente complexidade e o vulto das atividades culturais do país .

23. — O Conselho Federal de Cultura e os Conselhos Estaduais de Cultura opinarão sôbre as demais propostas apresentadas à Conferência, conforme o seu caráter, para o efeito de as encaminhar oportunamente à autoridade competente .

E por terem assim deliberado, considerando os superiores interesses da cultura nacional, assinam êste COMPROMISSO .

Em Brasília, em 3 de abril de 1970 .

Seguem-se as assinaturas:

Ministro Jarbas Passarinho .

Presidentes dos Conselhos Estaduais de Cultura .

Governadores:

do Distrito Federal,  
do Pará,

do Maranhão,  
do Acre,  
do Sergipe,  
do Ceará;

Representantes de Governos:

da Bahia,  
do Rio Grande do Norte,  
da Paraíba,  
de Santa Catarina,  
de São Paulo,  
do Amazonas,  
de Mato Grosso,  
de Goiás,  
de Alagoas,  
do Paraná,  
da Guanabara,  
do Espírito Santo,  
do Estado do Rio de Janeiro,  
de Pernambuco,  
do Rio Grande do Sul;

Presidente do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal;  
Secretários de Educação;  
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico;  
Arquivo Nacional;  
Centro Universitário de Brasília;  
Instituto de Arquitetos do Brasil;  
Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados.

Um dos objetivos do Encôntro de Brasília foi abrir oportunidades para o estabelecimento de convênios entre a União e os Estados (art. 23 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937). Sem a sistemática que agora se pretende, a D.P.H.A.N. sempre se empenhou em obter a colaboração de órgãos, entidades ou mesmo pessoas que para tanto se dispuzessem, firmando com os mesmos convênios ou ajustes. Alguns dos monumentos beneficiados com êsse tipo de colaboração — especialmente os que estão na área do 4º Distrito — foram aproveitados para ilustrar a presente publicação. Esta a posição da D.P.H.A.N., como se pode constatar pelas indicações de coisa equivalente nos demais Distritos, em alguns casos também aqui ilustrados. Além do problema de monumentos, os arquivos, pesquisas e documentação têm recebido tratamento igual.

### FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS.

A Chefia do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e a Chefia do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional elaboraram a seguinte minuta de convênio:

#### *Convênio*

Que entre si fazem o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado de São Paulo para a realização, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, de curso de especialização em arquitetura tradicional, especialmente no referente a trabalhos de restauração, ambientação e aproveitamento de monumentos, com a colaboração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 1. — Pelo presente convênio, o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado de São Paulo obrigam-se a tomar as medidas necessárias para a realização de um curso sobre arquitetura tradicional brasileira e assuntos correlatos, para arquitetos, no Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com a colaboração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 2. — O curso, objeto do presente convênio, será de especialização em nível de pós-graduação e terá a finalidade de formar especialistas para o atendimento das unidades dos serviços de proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do País.

Art. 3. — O modo pelo qual serão propostos os programas do referido curso, bem assim os detalhes de sua organização — que serão oportunamente submetidos aos órgãos superiores da Universidade de São Paulo — será estabelecido pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pelo Conselho do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.

Art. 4. — Ao Ministério da Educação e Cultura incumbirá também realizar as gestões junto aos organismos internacionais, no sentido de obter o concurso de especialistas, considerados indispensáveis ao curso.

Art. 5. — Pelo menos 15 vagas serão destinadas a arquitetos indicados pelos órgãos interessados das várias regiões do país, de acordo com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 6. — Caberá ao Governo do Estado de São Paulo prover uma dotação de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico

e Turístico do Estado de São Paulo, para as despesas de custeio de viagens, manutenção e remuneração de professores, contratação de serviços necessários à organização e funcionamento do curso, inclusive sua secretaria e tarefas de registro e reprodução impressa das aulas. Essa verba será posta à disposição da Universidade, em conta especial, da forma que for julgada conveniente para ser movimentada diretamente pelo Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, através do seu chefe.

Art. 7. — O presente convênio é renovável por proposta conjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, encaminhada, respectivamente, aos Senhores Ministro da Educação e Cultura e Reitor da Universidade de São Paulo.

Art. 8. — O presente convênio entrará em vigor na data da sua publicação no “Diário Oficial da União”.

Ministro da Educação e Cultura.

Governador do Estado de São Paulo.

Reitor da Universidade de São Paulo.

Diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Aprovado pelo Conselho do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto em 31-03-70.

Aprovado pelo Conselho Universitário da Universidade de São Paulo em 17 de abril de 1970.

\* \*  
\*

### *SÔBRE O ENCÔNTO DE BRASÍLIA.*

No recinto do Encôntro foram expostas fotografias de monumentos cuja restauração ou aproveitamento contou com a colaboração de órgãos de govêrno, entidades ou pessoas. Tal exposição foi precidida de dois comentários:

Do Ministro Jarbas Passarinho:

Cabe a nós, representantes do povo, em cujo nome exercemos o poder, fazer com que o orgulho nacional pela nossa História se manifeste, mais acentuadamente, na manutenção de nossos documentos e na conservação de nossas relíquas.

Do Arquiteto Lúcio Costa:

O problema da recuperação e restauração de monumentos, trate-se de uma casa seiscentista como estas de São Paulo, ou das ruínas desta igreja de São Miguel, no Rio Grande do Sul, é extremamente complexo.

Primeiro, porque depende de técnicos qualificados, cuja formação é demorada e difícil, pois requer, além do tirocínio de obras e de familiaridade com os processos construtivos antigos, sensibilidade artística, conhecimentos históricos, acuidade investigadora, capacidade de organização, iniciativa e comando e, ainda, finalmente, desprendimento.

Segundo, porque implica em providências igualmente demoradas, como o inventário histórico-artístico do que existia na região, o estudo da documentação recolhida, o tombamento daquilo que deve ser preservado, a eleição do que mereça restauro prioritário, a apropriação de verbas para êsse fim, a escôlha de técnicos, o estudo preliminar na base de investigação histórica e das pesquisas *in loco*, a documentação e o registro das fases da obra e, por fim, a manutenção e o destino do bem recuperado.

Apesar da deficiência dos meios, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — obra da vida de Rodrigo M. F. de Andrade — tem procedido ao restauro de monumentos — talha, pintura, arquitetura — em todo o país; mas, no acervo de cada região, há obras significativas e valiosas cuja preservação escapa à alçada federal; é pois chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção, vinculado à Universidade local, às municipalidades e à D.P.H.A.N., para que assim participe diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos dêsse passado que é a raiz do que somos — e seremos.

\* \*  
\*

Figuras 1 e 2. — Capela de São Miguel.

Município de São Paulo.

Estado de São Paulo.

Esta capela missioneira foi construída em 1622, foi jesuítica e depois passou à administração dos frades capuchos. No fim do século XVIII, aí esteve sediado frei Mariano da Conceição Veloso, célebre botânico que “hervava” para o Reino e que ilustrou a capela com uma reforma que foi identificada, ao tempo das obras de restauração dêste



monumento, em 1940-1941, pelo uso do adobe, então já tradicional na região das Minas Gerais. Nessa reforma, foi alteado o pé-direito da nave e foi contruída uma capela lateral. Data também dessa época o povoamento da capela com novas imagens e reencarnação das antigas. O primitivo São Miguel, de terra-côta, do século XVII, foi “século-dezoitado” com uma encarnação nova, com base de pano, papel e gêsso.

A importância documentária desta capela é singularmente valorizada pelo fato de ser o único exemplar de capela alpendrada que sobreviveu, das muitas que se construíram em São Paulo e arredores, nos primeiros séculos.

Lidando apenas com terra para as paredes de taipa de pilão e madeira, os arquitetos seiscentistas dão uma lição de proficiência profissional no apuro das soluções simples, corretas e seguras.

O corredor era um agenciamento costumeiro nas construções paulistas, a julgar pelo testemunho dos documentos da época. Este corredor da capela de São Miguel, restaurado graças a um milagre de sobrevivência de suas partes componentes de madeira, dentro de paredes inventadas pelas reformas sucessivas. O gradeado de madeira representa um sinal da arquitetura paulista dos primeiros séculos. A julgar **pelas queixas constantes** que surgem nos documentos de vereança sobre animais que sujavam nos alpendres e corredores, este gradeado destinava-se a **prevenir tais inconvenientes**. De qualquer modo, além do seu valor como tipicidade regional, constitui um exemplo de capacidade inventiva e uma amostra de valores plásticos inusitados para quem não conheça a cosinha da arquitetura tradicional.

Atualmente não é aproveitada para uso religioso e se projeta aproveitá-la para a montagem de um museu de arte sacra popular, através de um convênio entre a Mitra Arquiepiscopal, DPHAN e, eventualmente, a Prefeitura de São Paulo.

\* \*  
\*

Figuras 3, 4, 5 e 6. — Sítio Santo Antônio.

Município de São Roque.  
Estado de São Paulo.

O fundador deste estabelecimento paulista foi Fernão Vaz de Barros.

Ele e seus muitos irmãos notabilizaram-se nos negócios de índios. Seus irmãos foram bandeirantes e enquanto iam aos sertões caçar nativos, Fernão ficava na retaguarda, financiando bandeiras. Esteve em

Pernambuco, combatendo os holandeses e de lá trouxe uma escrava com uma filha, sua única descendente conhecida. Na sua volta, casou com Maria Mendonça, tida como de sangue impuro que não lhe deu descendentes. Isso frustrou o programa desta morada, imaginada com muitos quartos para muita gente.

O local escolhido para a sua instalação, situado entre as sesmarias de seus parceiros — Pedro Vaz Guassú e cap. Guilherme Pompeu — completava uma faixa estratégica de passagem obrigatória para as bandeiras rumo do Oeste. Embora não se tenha encontrado documento algum indicando a data de construção desta morada, tudo leva a acreditar tenha mandado construí-la ao findar do segundo quartel do século XVII, época em que voltou do Nordeste.

No fim do século passado, estas terras pertenceram ao Barão de Piratininga, homem carregado de pretensões literárias e foi de um artigo seu, publicado no Almanaque Literário de São Paulo, de 1881, que se partiu para a identificação deste monumento, então propriedade de um sitiante. Mário de Andrade se encantou com a idéia de lá terminar sua obra, como zelador do monumento que seria restaurado pela DPHAN. Morreu falando nêsse sonho, pois comprara o sítio e a DPHAN programara obras de restauração. Com a sua morte, o monumento reverteria à DPHAN, como, de fato, aconteceu com a doação, pela família, da casa, capela e uma pequena área envoltória.

Executadas as obras preliminares, foi necessário incorporar ao conjunto mais um naco de área do antigo sítio, o que foi conseguido com a colaboração da Prefeitura Municipal de São Roque e do Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho.

A fim de proteger todo o agenciamento paisagístico, é indispensável acrescentar à área atual, da União, um restante da paisagem local, o que aguarda uma solução; viável, posto que êsse restante necessário está devidamente tombado.

A capela, construída em 1681, em substituição à capela interna, parece ter inaugurado uma solução que se tornou típica na arquitetura religiosa da região: fachada vazada, de madeira.

Com efeito, as capelas com alpendre são tradicionais na área do Mediterrâneo. Na cidade de São Paulo, nos primeiros séculos, as igrejas tinham alpendre. Mesmo nas demais regiões brasileiras, esta solução comparece amiúde. Mas em nenhum lugar, nem na Europa e nem no resto do Brasil, êste agenciamento surge associado à fachada composta com peças de madeira, dispositivo êste que lembra, pelo desenho e pelo colorido vivo, coisa da arquitetura árabe.

A facilidade de uso da capela pelos viajantes, que se furtariam ao incômodo de “pedir a chave”, deve ter contribuído para converter esta solução em processo popular.

Entre a cidade de São Paulo e o Sítio Santo Antônio, pela estrada Raposo Tavares, a paisagem mostra três capelas populares com

fachada vazada. Uma delas, cuja fachada é tomada por uma larga porta, apresenta a madeira recortada, permitindo ao viajante uma visibilidade completa do seu interior.

Com o teto todo pintado (e agora restaurado pela equipe do prof. Edson Mota), chão de terra batida, altar-mor dourado, altares laterais sem vestígio algum de pintura, mas com uma composição já denunciando certa independência na interpretação dos elementos decorativos tradicionais, com um púlpito que ostenta a águia de duas cabeças, denunciadora do tempo da dominação espanhola, esta peça da arquitetura paulista é rica de ângulos de singular beleza e primorosa composição.

A fim de completar os trabalhos neste antigo estabelecimento paulista, é indispensável conseguir mobiliário e alfaias da época, isto é, do século XVII.

\*

Figuras 7, 8 e 9. — Residência dos Jesuítas.

Município de Embú.  
Estado de São Paulo.

Embora já no século XVI os colonos se empenhassem, em São Paulo, numa luta de teses, com a transferência de Santo André para Piratininga e com a escôlha do sítio paulistano para centralizar também a política dos padres da Companhia de Jesus, essa luta alcançou **forma explícita em meados do século seguinte**, tanto na forma de oposição — de que resultou a expulsão dos padres — como no jeito que os colonos inventaram para absorver o poder dos padres jesuítas — controlando suas instalações e sua atividade e, em muitos casos, absorvendo-os em benefício das teses colonas. A doação de terras aos padres da Companhia de Jesus foi um dos meios usados pelos colonos para instalar os padres na sua cola. Carapicuíba, Baruerí, Itaquaquecetuba, Escada, Embú, São Miguel foram aldeias instaladas em terras doadas aos jesuítas pelos colonos. Tal política foi obstada na região norte de São Paulo, onde os jesuítas foram deslocados e a administração das aldeias delegada aos capuchos. Embú — que os documentos antigos grafam M'Boy — foi uma aldeia fundada em terras recebidas de Catarina Camacha.

As residências ou hospícios se diferenciavam dos conventos, colégios e mosteiros pela destinação, tamanho e programa, com um plano sempre mais apoucado. Nas aldeias jesuíticas dos arredores de São Paulo, Embú foi, certamente, a que recebeu instalações maiores. Iniciada em fins do século XVII, sua construção se prolongou até a época

da expulsão dos padres da Companhia de Jesus. Ao tempo da sua restauração, em 1939-1940, foi encontrada num estado de ruína lastimável, com sua fachada principal desfigurada por uma reforma que pretendeu protegê-la, ao tempo de Washington Luís prefeito de São Paulo, com suas partes de habitação caindo de abandono, paredes ruínas, envasaduras abertas, com cavalos e águas de chuva entrando por todos os lados.

Terminadas as obras de restauração, funcionou durante algum tempo sob a guarda da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, museando as peças aí encontradas. Atualmente, está sob a guarda de uma congregação religiosa.

A restauração deste monumento foi a primeira obra da D.P.H.A.N. realizada em São Paulo. Além dos problemas técnicos de refôrço da estrutura, revestimento, pintura, etc., que levaram o trabalho, inclusive, a tarefas de laboratório, as questões de recomposição das soluções primitivas da fachada e da torre — encontradas desastrosamente deformadas — constituíram uma aventura de pesquisa repartida entre a análise dos “restos” encontrados e de cuja interpretação cuidadosa se extraíram, aos poucos, preciosas informações, até a procura em nível de mandraque, com achados quase milagrosos de documentos perdidos na gaveta de um caipira.

\*

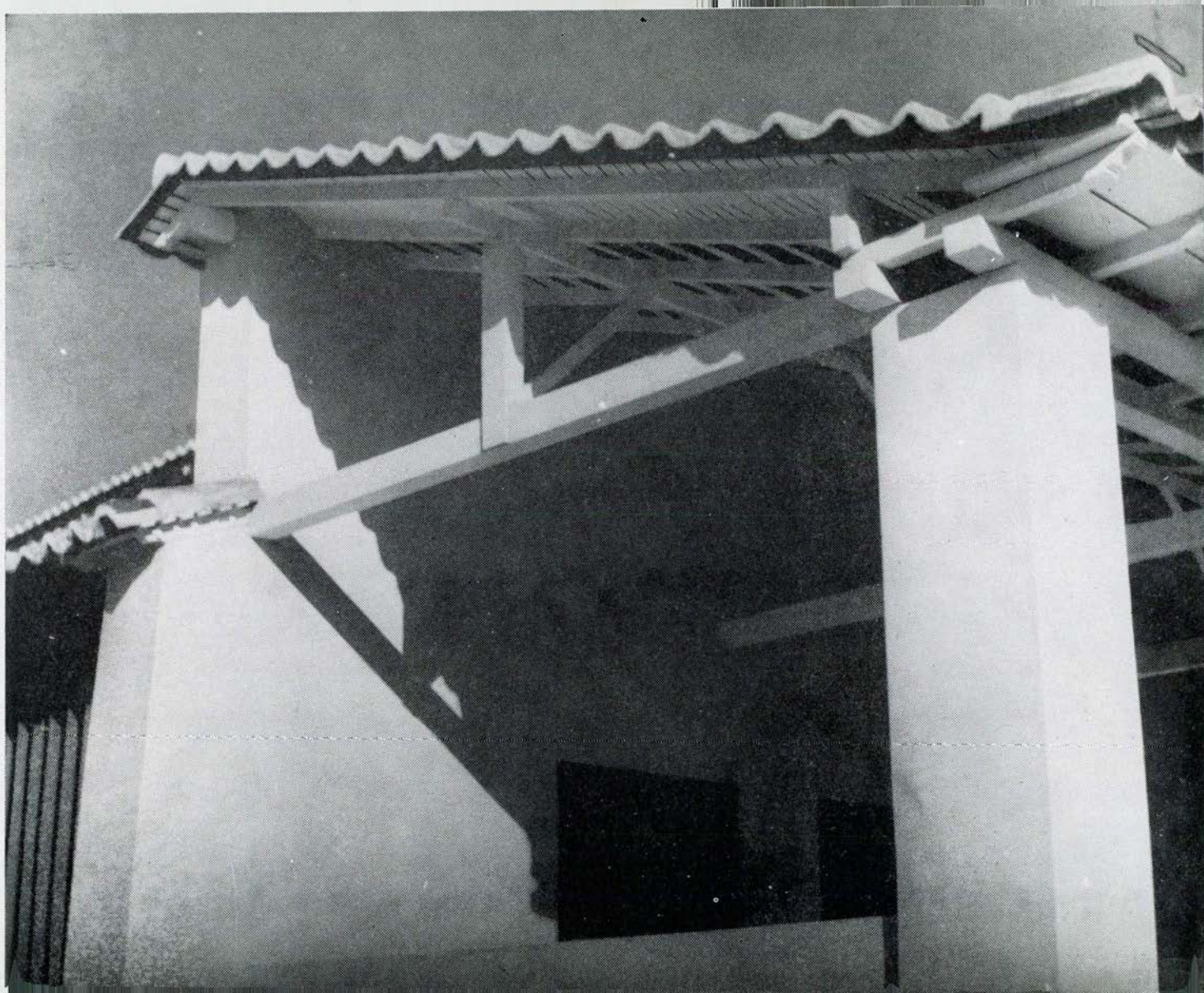
Figuras 10, 11 e 12. — Casa do Sítio do Padre Ignácio.

Município de Cotia.  
Estado de São Paulo.

Esta morada era conhecida popularmente como Convento ou Casa do Padre Ignácio. Convento não podia ser e, então, a única saída para a pesquisa da sua origem era o Padre Ignácio que lhe legou o nome e que foi, afinal, identificado através dos Recenseamentos de Ordenanças e do estudo dos processos de costumes e sangue que, de hábito, preliminar a sagração sacerdotal. Porque um padre morou lá, ela ganhou também o apelido de Convento. No final dos tortuosos caminhos da pesquisa, verificou-se ainda que foi morada de Roque Soares de Medela, Juíz de órfãos e senhor de grande poder, no início do século XVIII paulista.

Variante da fórmula paladiana, geralmente adotada no planalto paulista para moradia da classe dirigente, distingue-se das suas parceiras pela elegância da postura e pela presença de um sótão assobradado, bem assim pelo tratamento decorativo dos elementos da fachada principal; elementos esses cachorros também colocados em partes das fachadas laterais, a fim de proporcionar ângulo “renascentista”.

GRAVURAS.































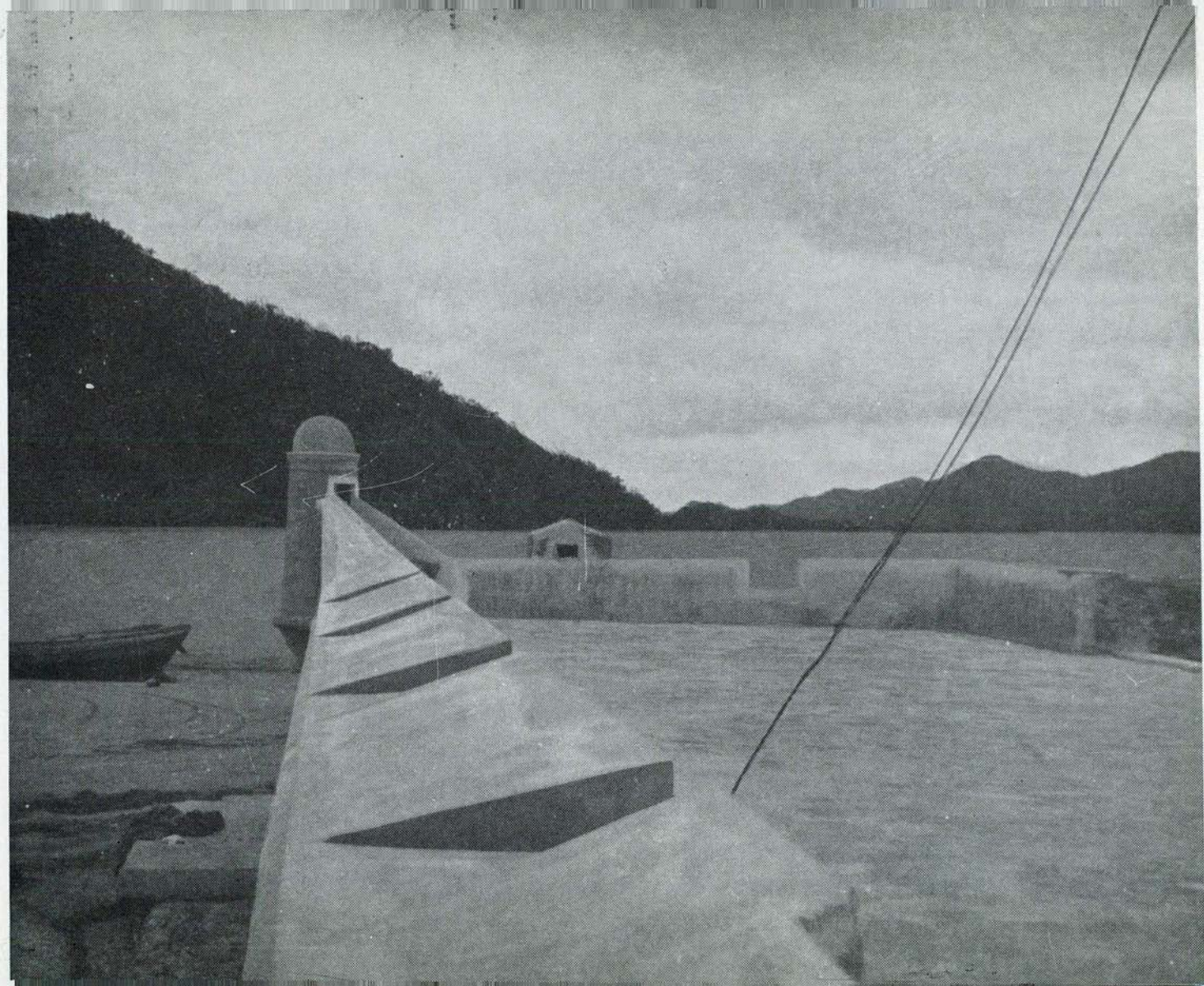






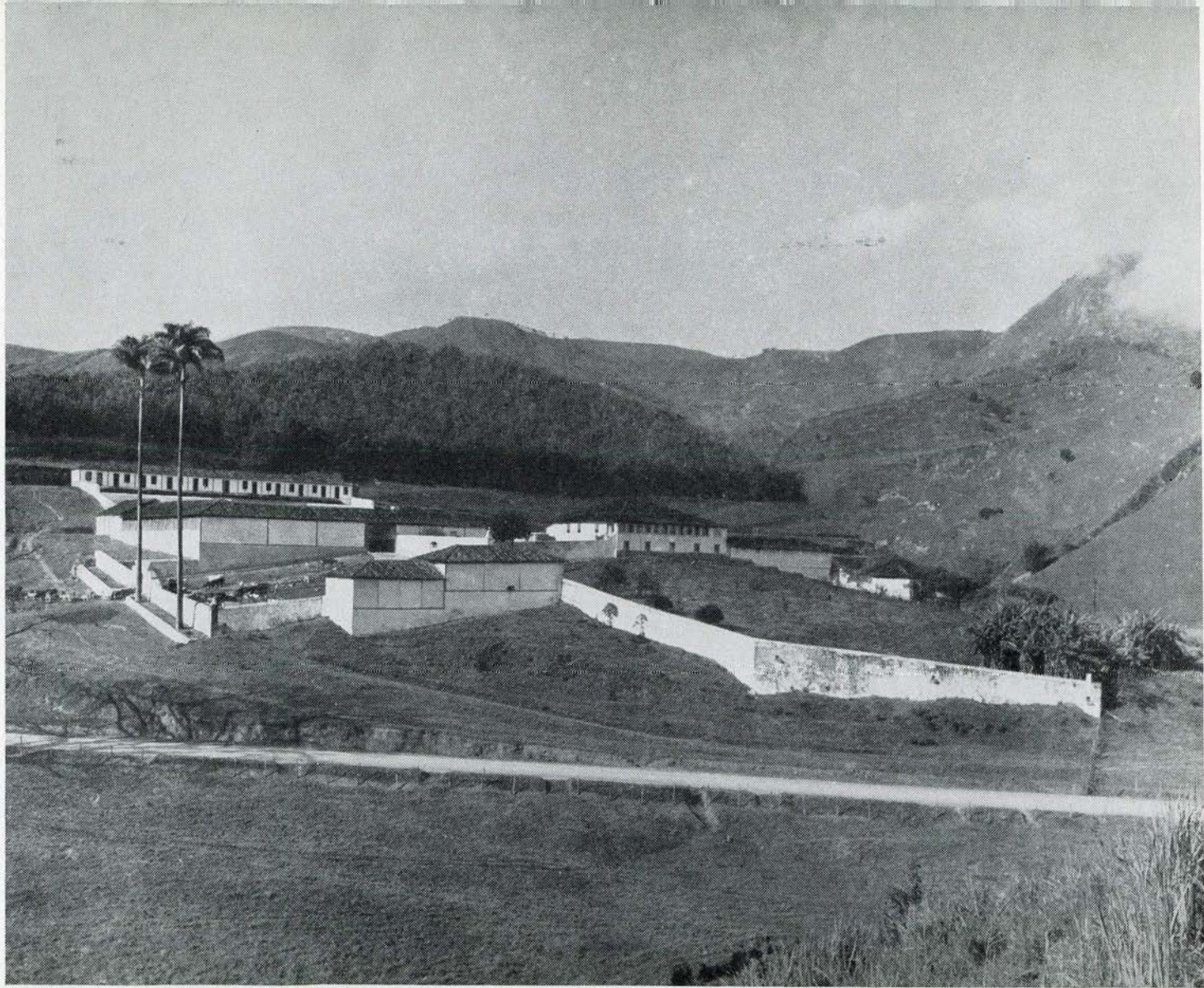


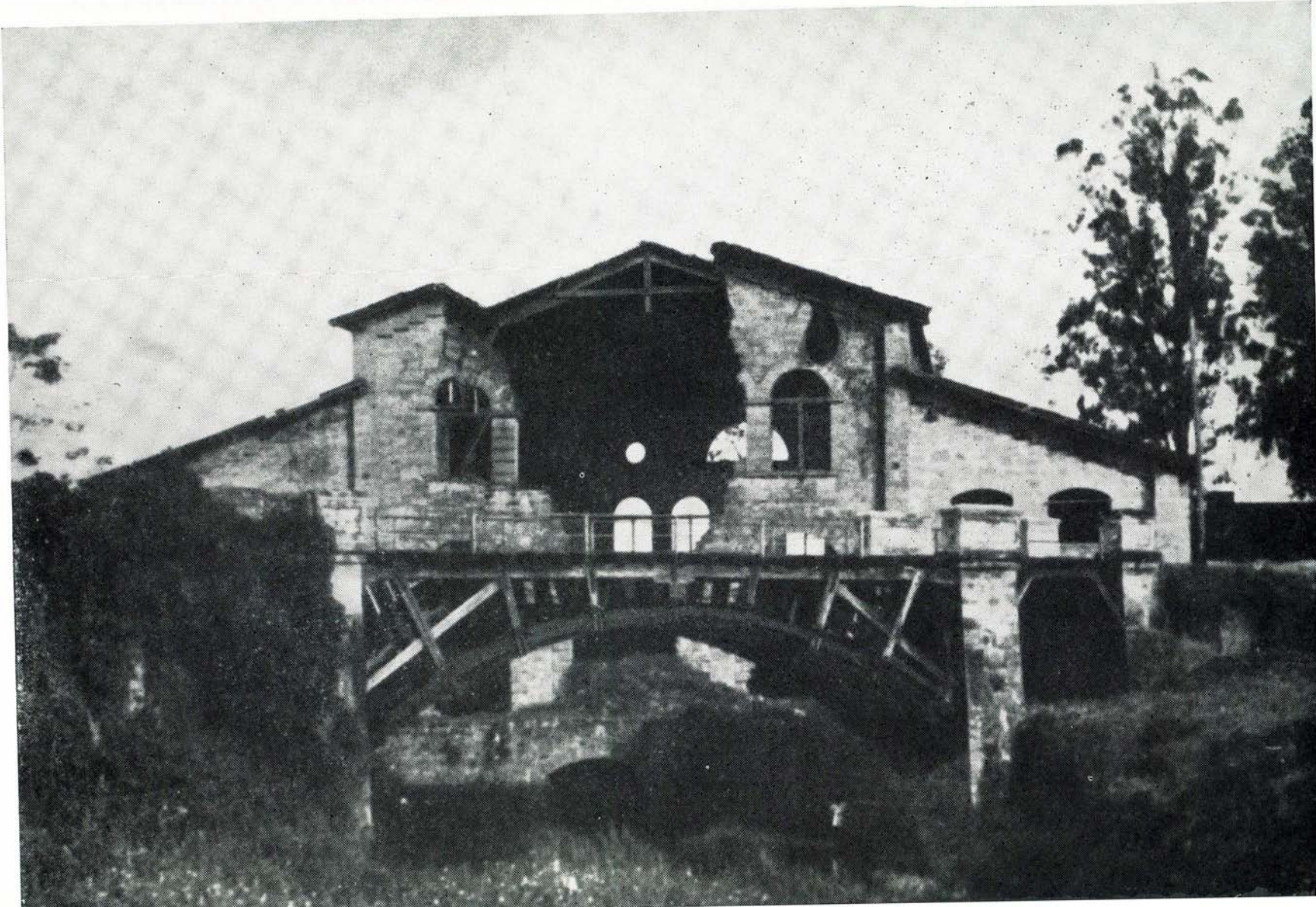


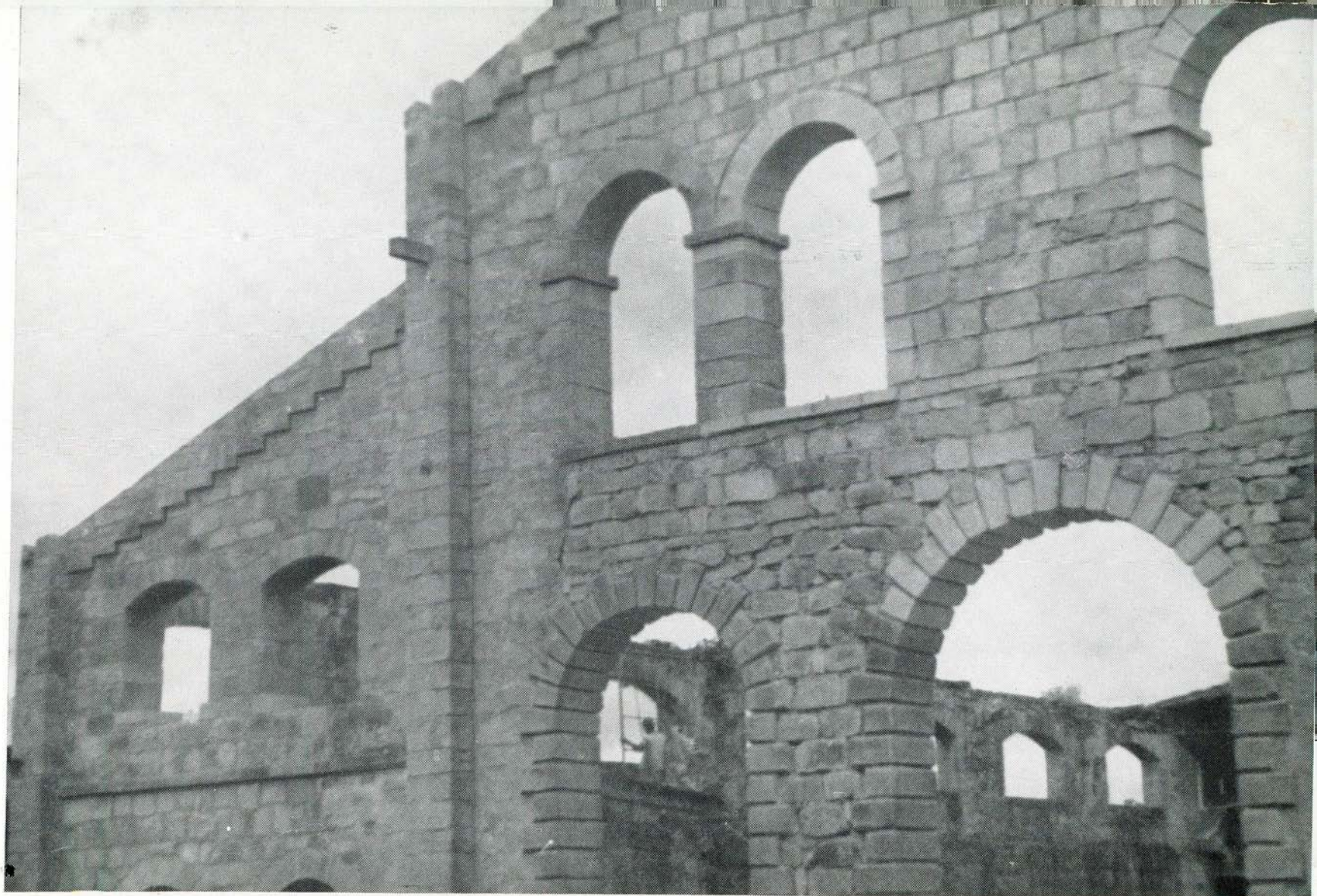






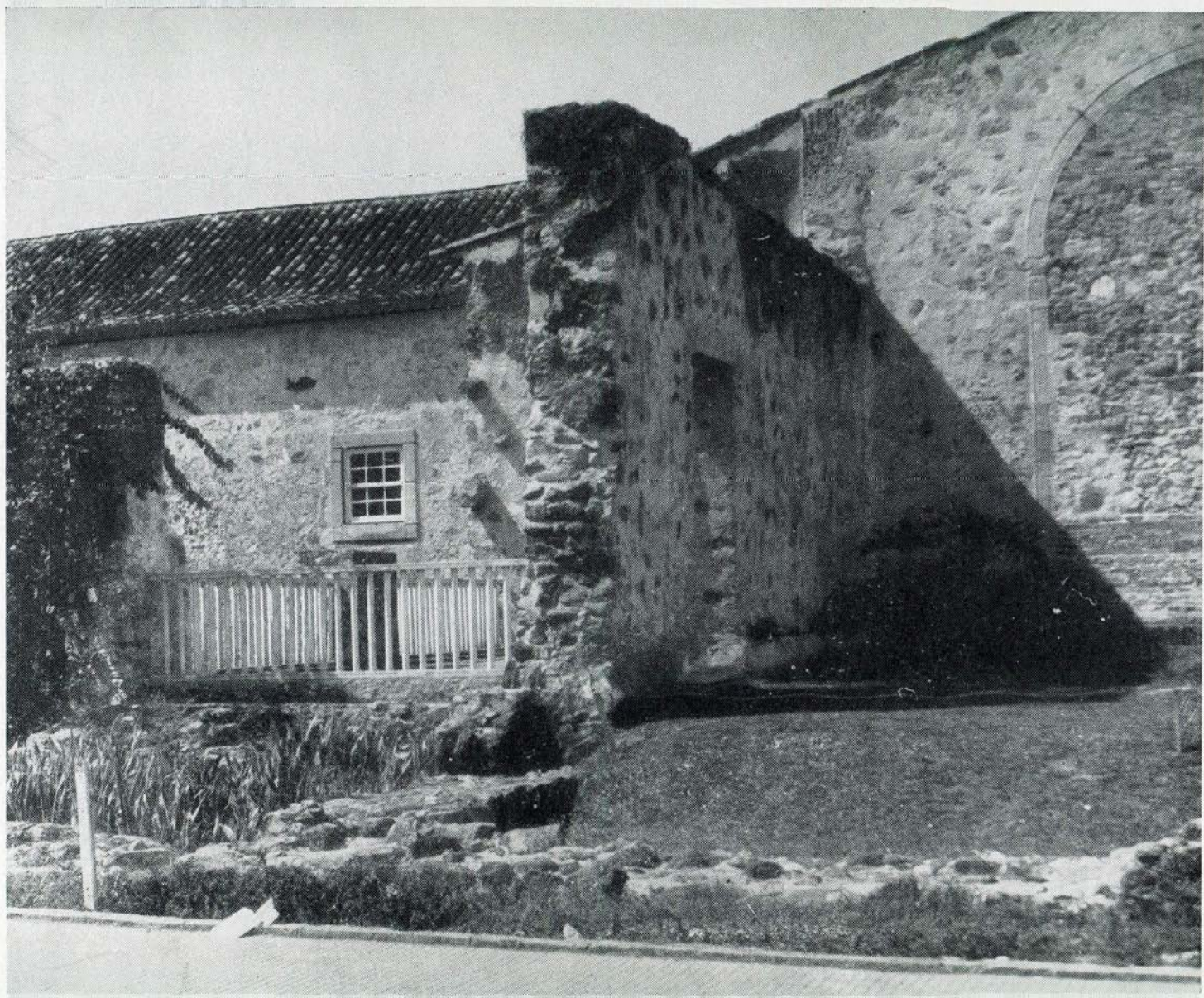








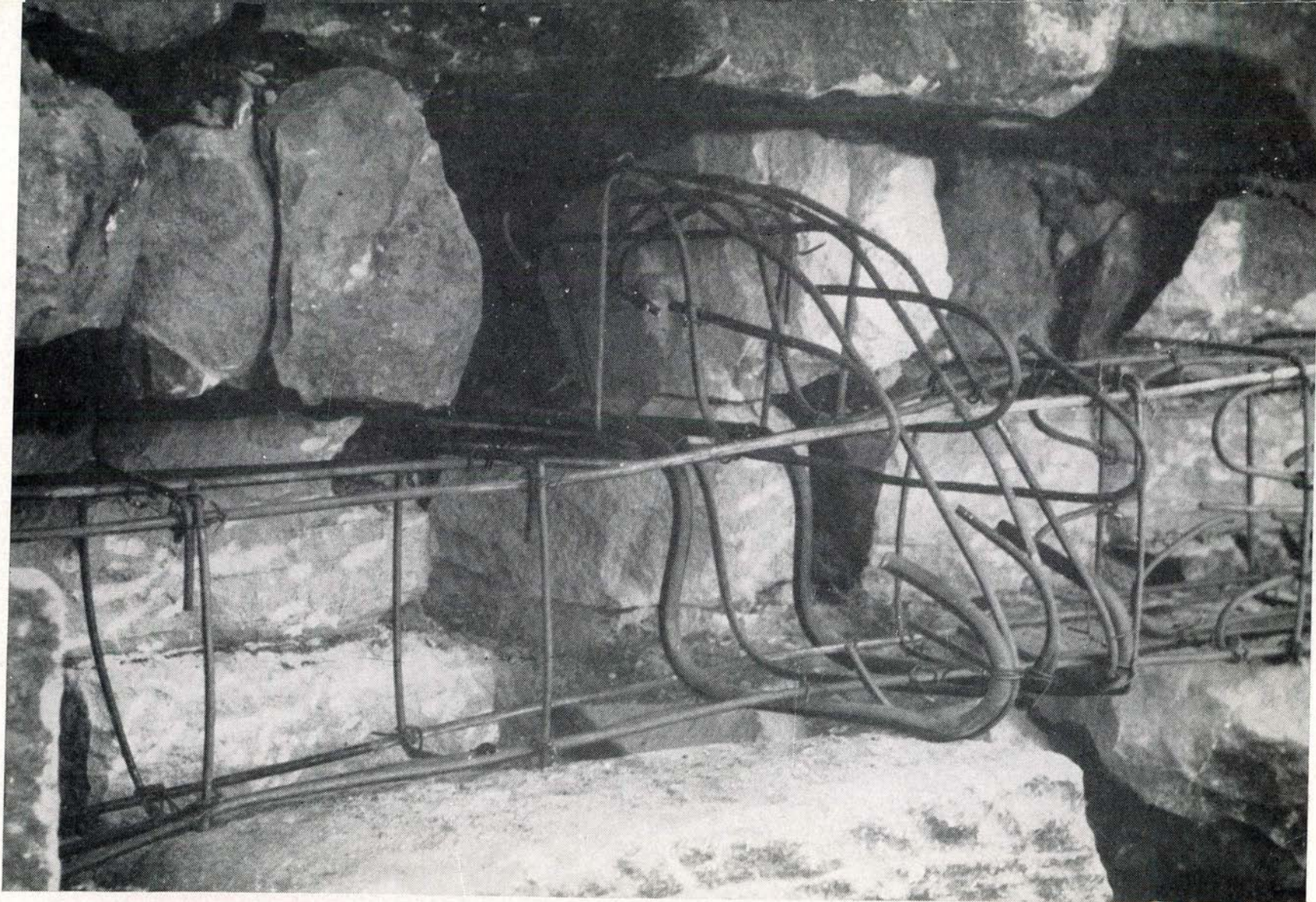






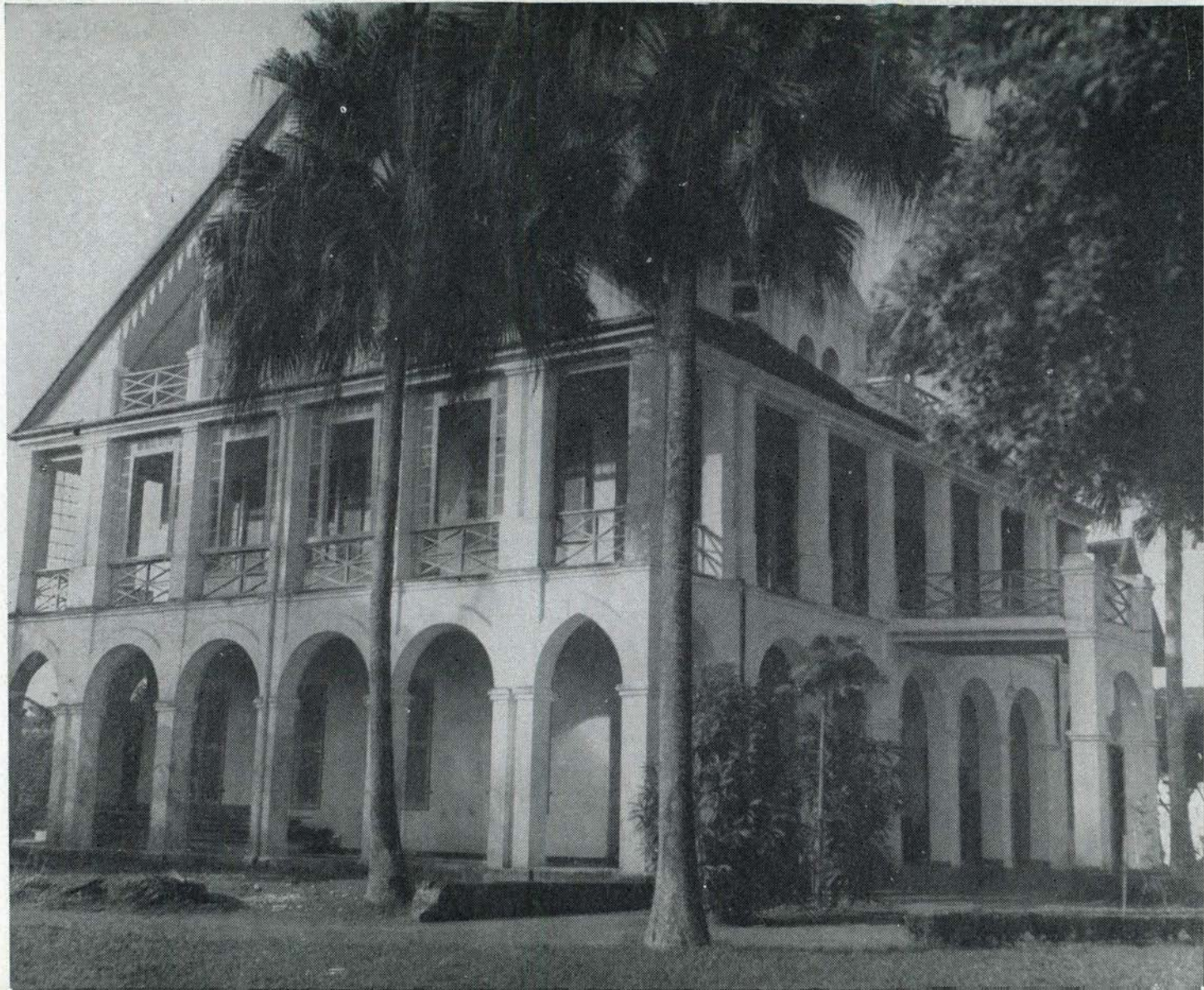




























O que houve em São Paulo e que deslocou a ocupação do solo paulista para locais bem diversos daquêles preferidos pelos colonos bandeiristas, deixando por vêzes os primitivos locais no mais total abandono, foi um esvaziamento demográfico, econômico e político resultante da descoberta das minas de ouro. No último quartel do século XVIII, quando foi restaurada a Capitania de São Paulo, sob o comando do Morgado de Mateus, o quadro paulista já era bem diferente: os jesuítas se haviam ido, os paulistas já não estavam mais possuídos daquela faina de conquista de poder baseado na escravatura do índio. Daí o abandono das antigas instalações: aldeias dos índios, modorrando de vazias, as antigas moradas paulistas marginalizadas e abandonadas.

Atingidos pela superposição de outra linha econômica, os antigos solares paulistas eram desprezados pelos proprietários ou mesmo utilizados como depósitos. Esta degradação é, em parte, responsável pelas reformas desfiguradoras, como esta que atingiu a morada em estudo, substituindo as colunas de madeira por outras de tijolo.

A restauração da fachada, principalmente das colunas do alpendre entalado entre a capela e o quarto de hóspedes, deve-se a uma fotografia procedente dos arquivos do ex-presidente Washington Luís e de um processo de rebatimento de perspectiva, elaborado de parceria com Prestes Maia, no tempo em que êste profissional ensinava desenho arquitetônico na Escola Politécnica. Para isso se contou, também, com um sóco das velhas colunas, abandonado por alí.

O notável dos trabalhos de madeira dêste exemplar da arquitetura paulista não reside apenas nos elementos decorativos da fachada. Seu telhado é uma lição de carpintaria tradicional: os cáibros selados, porque funcionam no limite da taxa de trabalho, desenham no exterior uma curvatura nos panos do telhado. A obtenção, por êsse meio, de uma concordância bem feita entre os diferentes pontos do telhado, constitui um dos aspectos técnico-estéticos desta construção.

\*

Figura 13. — Casa do Caxinguí.

Município de São Paulo.  
Estado de São Paulo.

Sobreviveu de um loteamento da *City*, no meio de uma praça doada à Prefeitura de São Paulo, que a restaurou sob a direção da D.P.H.A.N. em 1968.

Sem base nenhuma, seja de documentos, seja de ilações razoáveis, alguns pensam que tenha sido residência do Padre Belchior de Pontes. Ao contrário, a inexistência da tradicional capela que integra normalmente êste esquema de planta, e cujo espaço nêste exem-

plar é ocupado pela extensão do alpendre, pelo que se constitui numa variante única, denuncia que aí não moraria um padre, pôsto que, normalmente, nêsse caso, a capela ganharia uma relevância especial.

Atualmente, pensam em convertê-la em Museu do Índio, alternativa tão fora de propósito que faz pensar, com muita saudade, naquele Departamento de Cultura criado e dirigido por Mário de Andrade, e cujas atividades — pioneiras em São Paulo — nem sempre foram levadas na devida consideração.

\*

Figura 14 — Chácara do Rosário.

Município de Itú.  
Estado de São Paulo.

Um Pacheco, de meados do século XVIII, foi minerar em Goiás e de lá voltando, naturalmente enricado, mandou construir duas casas de fazenda: Rosário e Conceição. As duas existem ainda. A do Rosário, permanecida na família, nas vésperas do seu bicentenário, a família concordou em restaurá-la a sua expensa e sob a orientação da D.P.H.A.N., em 1956.

Seguindo o mesmo partido das casas seiscentistas, êste exemplar fixou as marcas do século XVIII: as vergas se curvaram, o pé-direito ficou mais elevado, uma cosinha se anexou na parte posterior da planta, etc. Mas, o que marcou mais profundamente esta construção — coisa que, certamente, não ocorreria um século antes, dentro de um esquema de vida social mais ortodoxo — foi o quase desaparecimento da capela que se reduziu a um insignificante oratório e, especialmente, a transformação do quarto de hóspedes numa espécie de apartamento anexo, destinado a abrigar o agregado que acompanhara o Pacheco na sua faina de enricar.

\*

Figuras 15 e 16. — Engenho D'água.

Município de Ilha Bela.  
Estado de São Paulo.

Em meados do século XVIII, quando mais viva era a faina de exploração do ouro nas Gerais, o litoral norte do Estado de São Paulo se encheu de aventureiros à espera de uma brecha que lhes permitisse alcançar a região aurífera. Muitos dêles foram ficando por alí, que o Fisco era severo no trancamento dos caminhos. Data de então

a instalação de engenhos de açúcar nessa faixa da marinha paulista. Este Engenho D'água é um deles. No século passado, durante a febre do café, no Vale do rio Paraíba, febre essa que contaminou o litoral norte, este engenho sofreu uma reforma e suas terras foram aproveitadas para o plantio do café.

O interesse da D.P.H.A.N. era de resguardar pelo menos um dos exemplares encontrados. O proprietário do Engenho D'água, já tombado, mas ameaçando ruína completa, manifestou interesse na sua restauração, o que foi realizado sob a responsabilidade técnica da D.P.H.A.N. e financeira do proprietário, em 1945.

Seguindo a tradição das ilhas atlânticas, os engenhos paulistas adotaram um partido aglutinado, com tôdas as instalações de trabalho e moradia debaixo de um único teto. No Nordeste, a produção em escala internacional forçou a adoção de um partido aberto, cada unidade, habitação, engenho, casas de purgar, capela, etc., independente das demais.

As contradições que surgiram entre um planejamento já maduro e experimentado — nas ilhas atlânticas — e uma construção nem sempre satisfatória como qualidade, denunciam a transplantação de instalações tradicionais em região desaparelhada de mão-de-obra. E' o caso geral dos engenhos da marinha paulista, onde surgem bons projetos e más construções.

\*

Figuras 17 e 18. — Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos.

Município de Santos.  
Estado de São Paulo.

Em seguida ao seu tombamento, estas ruínas foram doadas à Universidade de São Paulo e mediante um convênio, foram consolidadas. Seu aproveitamento conveniente, aguarda que a área já apropriada receba uma complementação indispensável, problema este já encamiñado.

Trata-se de um "resto" da maior importância documentária, uma vez que é a primeira instalação oficial destinada à produção do açúcar que estava na mira do mercantilismo metropolitano. Para tanto, Martim Afonso de Souza montou uma sociedade anônima, chamada "Armadores do Trato" e o engenho se chamou do "Governador". Mais tarde, foi vendido a Erasmo Schetz, comerciante flamengo e se chamou dos Erasmos. Os 729 documentos originais, recentemente obtidos em microfilmagem de um arquivo belga, estão aguardando sua leitura paleográfica e sua tradução. Informarão sobre o engenho e sobre o co-

mércio inaugural do açúcar na América que preliminarou a invasão holandesa no Nordeste.

Numa enxovia descoberta durante os trabalhos lá realizados, foram desenterradas várias formas de pão-de-açúcar, recobertas por uma camada de cinzas e entulho.

Tudo leva a acreditar que as cinzas provenham do incêndio aí havido em 1603 e as fôrmas, exemplares datando do fim do século XVI ou início do século XVII. De qualquer maneira, peças museológicas raríssimas.

\*

Figura 19. — Forte de São João da Bertioga.

Município de Santos.  
Estado de São Paulo.

E' claro que esta construção não é a fortaleza de Hans Staden, mas lembra, numa tradução do século XVIII, as aventuras do alemão lendário que assistiu nestas paragens.

Sua restauração, em 1942, foi realizada a expensas do Ministério do Exército, com a supervisão da D. P. H. A. N., enquanto outro monumento de arquitetura militar, no Nordeste, era restaurado a expensas da D. P. H. A. N.

A reconstrução de um sistema de fortificações na marinha paulista, especialmente em tôrno de Santos e na marinha norte, foi iniciada já em pleno século XVIII, participava de um conjunto de medidas de proteção dispensado à riqueza aurífera das Minas Gerais. Tal esquema foi superado apenas no fim do século XVIII, com a restauração da Capitania de São Paulo e a vinda do Morgado de Mateus. À iniciativa dêste governante se deve, realmente, o maior volume dos "restos" de arquitetura militar hoje encontrados desde Paratí até Santa Catarina.

O aproveitamento do fortim da Bertioga para um pequeno Museu é promovido através de um convênio com o I. H. G. G. B.

\*

Figura 20. — Casa da Câmara e Cadeia.

Município de Atibaia.  
Estado de São Paulo.

A construção desta Casa de Câmara e Cadeia ocorreu logo em seguida à construção santista. Como porte e como técnica construtiva, as duas peças são bem diferentes: enquanto a de Santos acolheu um



partido centralizado num pátio interno, a de Atibaia optou por um partido compacto. Sua estrutura, de taipa de pilão, representa um condicionamento característico do planalto paulista. Já fôra dada como irrecuperável, mesmo depois de reformas aí realizadas há uns cinquenta anos, pelo Estado. Foi restaurada pela D.P.H.A.N. e hoje abriga um Museu.

\*

Figura 21. — Fazenda Pau Dalho.

Município de São José do Barreiro.  
Estado de São Paulo.

Quando o cultivo do café entrou no Estado de São Paulo, procurando as terras altas do Vale do rio Paraíba a partir do Rio de Janeiro, de parceria com o açúcar e com cereais, na zona de Bananal e São José do Barreiro alcançou o estágio de monocultura. Dessa época, segundo quartel do século passado, data a fazenda Pau Dalho, exemplar único da arquitetura rural do café, pela racionalidade do planejamento, pela organização já madura das diferentes influências técnicas e espaciais, procedentes das mais diversas experiências de trabalho rural e, especialmente, pela limpeza plástica quase cubista que a enobrece.

Atualmente, está em obras de restauração e aí se projeta instalar o MUSEU NACIONAL DO CAFÉ, em convênio com o IBC. Em cada região característica, dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, museus regionais devem completar o quadro documentário deste importante ciclo econômico brasileiro.

\*

Figuras 22 e 23. — Real Fábrica de Ferro de Ipanema.

Município de Iperó.  
Estado de São Paulo.

A primeira siderurgia brasileira conhecida foi em Santo Amaro (São Paulo), levada a cabo por mestre Bartolomeu. Nêsse local — que aguarda da prefeitura ou do Estado uma ação revalorizadora — ainda se encontram escória e a rocha de desmonte. A segunda tentativa foi em Ipanema, obra de Afonso Sardinha, vistoriada por D. Fran-

cisco de Souza ainda no fim do primeiro século. A terceira se concretizou na Missão de São João e a quarta também numa Missão: a de São Nicolau. Desta última também se obteve alguma escória. Afinal, a quinta foi em Minas, devida a Eschwege, já no século passado.

Com a montagem do Império, Ipanema centralizou os esforços siderúrgicos com a vinda de europeus, artesãos e mestres. Dentre estes, estava Varnhagem, cujo filho, o historiador Visconde de Pôrto Seguro, nasceu lá. Até o fim do século passado, a instalação funcionou, municionando o Estado de São Paulo com notável produção que ia desde grades para túmulos até aparelhamento para a lavoura. Lá, inclusive, foi montada uma Fábrica de Armas Brancas. E é este edifício que está sendo, atualmente, restaurado pela D.P.H.A.N. para sediar a primeira unidade do Museu da Siderurgia Nacional, de acôrdo com um convênio assinado entre os senhores Ministros da Agricultura e Educação e Cultura.

Este edifício, de vastas proporções, sofreu os efeitos de uma enchente que o atingiu numa das paredes principais. Seu telhado foi praticamente todo destruído. E' projeto restaurar os demais edifícios destinados a abrigar unidades dêsse Museu. Paralelamente, está sendo feito um inventário da produção de Ipanema e a localização das peças aí produzidas. Até o momento, a D.P.H.A.N. tem arcado com tôdas as despesas, mas dado o vulto das obras e o interêsse da iniciativa, espera-se que o Estado e indústrias siderúrgicas e entidades de classe, possam colaborar no empreendimento.

\*

Figura 24. — Mosteiro de São Bento.

Município de Santos.  
Estado de São Paulo.

Sempre foi, na realidade, um hospício, isto é, uma espécie de hospedaria para os beneditinos em tráfego para o planalto paulista. No século passado sofreu uma reforma, na parte da igreja, para abrigar o altar-mor, obra de frei Jesuino do Monte Carmelo. Antes disso, foi, porém, excelentemente bem documentado em desenhos do botânico William John Burchell, datados de 1826. Mais recentemente sofreu nova reforma com acréscimos na parte de habitação.

Através de um convênio entre a Mitra Diocesana de Santos, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Ordem Beneditina, o monumento está, no momento, sendo restaurado para receber as instalações do Museu de Arte Sacra de Santos.

\*

Figura 25. — Casa de Portinari.

Município de Brodosqui.  
Estado de São Paulo.

Havia neste local uma pequena habitação dos avós de Cândido Portinari. Junto a ela foram acrescentadas outras unidades, dentre as quais uma pequena capela decorada pelo pintor.

Nas paredes dessas diversas e sucessivas habitações, para onde o pintor se transferia nas férias, foram feitas experiências de afrescos e têmperas que preliminaavam os trabalhos de Portinari. Aí seus colegas e amigos o acompanhavam nas experiências, deixando, igualmente, o testemunho de sua passagem.

Com a morte do pintor, o Governo do Estado de São Paulo desapropriou a casa e a equipe do Prof. Edson Mota restaurou as pinturas que estavam, realmente, em precário estado de conservação, já porque essas pinturas tinham o caráter de experiência, já porque a sua base era constituída, na maior parte dos casos, de paredes de meio tijolo com argamassa de argila.

\*

Figura 26. — Antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá.

Município de Paranaguá.  
Estado do Paraná.

Com a expulsão dos jesuítas, este monumento passou à União que o utilizou durante algum tempo para as instalações da Alfândega. A igreja, parcialmente ruída, não permitia obras de restauração, mas a parte pròpriamente do Colégio foi completamente restaurada, ficando o que foi encontrado da torre e da capela, consolidado em termos de ruína e compondo a entrada principal do conjunto.

Através de um convênio assinado entre a DPHAN e a Universidade Federal do Paraná, acertou-se o aproveitamento deste monumento para abrigar o MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ARTES POPULARES. Posteriormente, este convênio foi complementado por outro, assinado entre as partes já convenientes e a Prefeitura de Paranaguá, através do que se garantiu a participação da cidade numa iniciativa que o tempo vem demonstrando do maior interesse cultural e turístico.

Fartamente abastecido, com rico material arqueológico recolhido nos sambaquís da região, selecionado sob a supervisão do Prof. Loureiro Fernandes — o que tornou esta unidade universitária um

foco de estudos e pesquisas — enriquece êste empenho cultural com precioso repositório de arte e técnica populares, incluindo produtos do artesanato regional e documentação de tradição nacional nas suas manifestações típicas.

\*

Figuras 27, 28, 29, 30 e 31. — Ruínas de São Miguel das Missões.

Município de Santo Ângelo.

Rio Grande do Sul.

Em 1938 foram realizadas obras pioneiras nestas ruínas, principalmente na recomposição de partes do pórtico fronteiro, estrutura da torre e Museu, tôdas de acôrdo com o relatório elaborado por Lúcio Costa.

Dêste mesmo relatório, constavam indicações que sòmente em 1968, na oportunidade de realização de obras de consolidação da fachada principal da igreja, foram empreendidas.

Além das obras de consolidação de um conjunto muito mais vasto do que aquêle trabalhado em 1938, êste monumento está sendo beneficiado com a construção de um hotel destinado a acolher turistas, trabalho êsse levado a cabo com a colaboração do Ministério da Indústria e Comércio e da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo.

O problema que suscitou as obras iniciadas em 1968, foi a ameaça de desmonte da fachada principal da Igreja. Esta parte da construção, constituída por uma parede de 2,40 m. de espessura, é formada por dois paramentos de cantaria recheiados com pedrais a granel e terra. As trincas surgidas na parte superior desta parede encaminharam as águas de chuva que exerceram um trabalho pertináz de retirada da terra que argamassava as pedras do miolo da parede. Na época do início dos trabalhos, a frontaria já apresentava um desaprumo de 0,46 m. O problema era sustentar a parede, a fim de poder, com segurança, trabalhar na sua consolidação. Para isso, a DPHAN contou com a colaboração do Batalhão Ferroviário, sediado na cidade de São Luís e da Prefeitura de Santo Ângelo.

Uma vêz consolidada a estrutura da parede, foi possível recompor o paramento de cantaria que estivera ameaçado de esboroar progressivamente, fazendo desaparecer por completo a fisionomia já familiar desta antiga igreja missioneira.

A fim de prover a consolidação desta parede, foi necessário introduzir no seu interior uma armadura capaz de amarrá-la, quer no sentido da sua extensão, quer na direção transversal. Uma vêz cal-

çada e escorada a parede, por meio de uma complicada armação de trilhos e troncos de eucalíptos, foram fundidas, por partes, quatro vigas de concreto armado que distribuíam endentamentos suficientemente profundos para alcançar o paramento oposto. Isso foi executado por meio de aberturas sucessivas, feitas na banda interna da igreja com a retirada de um certo número de peças de cantaria. Nos pontos convenientes, foram abertos canais transversais que atingiam a cantaria da fachada. A fotografia mostra a ferragem de uma das vigas de refôrço, com o dispositivo destinado a amarrar a outra banda da parede. Ao se fundir cada parte desta peça de concreto armado, deixava-se a ferragem de espera para prosseguir na mesma solução no trecho seguinte.

Depois de executado êste trabalho, as pedras retiradas para a operação foram simplesmente recolocadas no primitivo lugar. A seleção dos níveis convenientes para a inserção destas vigas, foi feita a partir do aproveitamento de detalhes que facilitavam as operações: alicerce, dois lanços de escadas que davam acesso ao côro, região do arco da cobertura e remate superior do tímpano.

O relatório Lúcio Costa já previa pesquisas e escavações, que não foram realizadas durante as primeiras obras, mas que, em 1968, deram excelentes resultados. As ruínas, que estiveram confinadas, praticamente, à área da igreja, estenderam-se sôbre tôda a parte central da primitiva aldeia, chegando mesmo a por à mostra os sinais das residências dos índios, cobrindo atualmente uma área de cêrca de oito hectares.

O entulho das paredes ruídas e mais 100 anos de vento e abandôno, guardaram parte das antigas paredes e pisos inteiros, agora revelados pelas escavações, como se fôsse desenhada no chão a planta desta enorme instalação jesuítica. Colunas dos pórticos que abraçavam as instalações de salas de aulas, oficinas, compartimentos de habitação, etc., encontradas soterradas junto à primitiva posição, no lugar onde haviam caído, puderam ser recolocados no seu lugar e posição, conferindo à nova paisagem arquitetônica um inusitado aspecto mediterrâneo.

As escavações procedidas na área, puzeram à mostra grande parte dos pisos primitivos, parte dêle feito com pedras, parte feito com tijolos e lageotas.

Apesar do rapa geral levado a efeito nestas ruínas pelos estancieros da vizinhança e pelos turistas interessados em *souvenirs*, muitos sócos e bases de colunas foram desenterrados.

Todo êsse material, as imagens já recolhidas e as que fôr ainda possível encontrar, e mais os "restos" das antigas Missões de São João, São Lourenço e São Nicolau, juntados aos "restos" missioneiros da Argentina, Paraguai e Guáira (Estado do Paraná), são peças de um projeto conjunto, destinado a revalorizar os testemunhos da fantástica

tentativa dos jesuítas de instalar na América do Sul uma solução utópica numa determinada área e com uma determinada gente. Nessa escala e nesse nível, nem o frustrado sonho de Platão na Sicília e nem o projeto dos franciscanos no México conseguiram tamanho grau de objetividade.

\*

Figura 32. — Palácio dos Príncipes.

Município de Joinville.  
Estado de Santa Catarina.

Esta residência, construída para receber o proprietário do loteamento que encaminhou a colonização alemã de Santa Catarina, nunca foi ocupado pelos seus usuários potenciais. Daí nunca receber o respectivo equipamento doméstico. Restaurado pela D.P.H.A.N. com a colaboração da Prefeitura de Joinville para instalação do Museu da Imigração e Colonização, mantém atualmente um acervo ainda remaneável de móveis, alfaias e documentos, mas já conseguiu recolher amostragem realmente notável de peças tradicionais relacionadas com a atividade artesanal dos colonos de origem germânica que ocuparam o Vale do Itajaí e outras partes do litoral norte de Santa Catarina.

\*

Figura 33. — Ouro Preto.

Estado de Minas Gerais.

Desde o tombamento da cidade de Ouro Preto, a D.P.H.A.N. tem lutado para conservar esse documento urbano do século XVIII. Mas, o problema se agrava cada dia mais rapidamente, não apenas por causa dos interesses dos proprietários, mas também pela interveniência de soluções para as quais a cidade não foi preparada: como caminhões de carga, por exemplo.

Somente um Plano Diretor capaz de resolver os problemas de convivência do núcleo antigo com as novas e legítimas pretensões de uma cidade normal, que seriam canalizadas para uma nova área de expansão, pode por cõbro na situação. Para tanto, a D.P.H.A.N. está contando com a colaboração da UNESCO na elaboração de um estudo preliminar, destinado a organizar um conjunto de medidas para efeti-

vação das quais será indispensável contar com a participação do Município, do Estado e também de organismos internacionais. Afinal, a antiga Vila Rica é um documento do mundo que o europeu colonizou e como tal interessa a todos.

\*

Figura 34. — Santuário de N. S. da Piedade.

Município de Caeté.

Estado de Minas Gerais.

Está situado no alto de um penhasco, num ponto de paisagem deslumbrante. Subir lá, água, energia ou gente, sempre foi uma aventura, ou da técnica ou do fervor religioso ou ainda da curiosidade de turista. Com a participação do Governo do Estado de Minas, uma estrada de acesso avolumou o número de aventureiros, turistas ou estudiosos. Além da estrada, o Governo do Estado custeou a construção de um abrigo para romeiros e projeta a instalação de um restaurante.

\*

Figura 35. — Casa da Hera.

Município de Vassouras.

Estado do Rio de Janeiro.

Residência do segundo quartel do século passado e excelentemente bem localizada, no meio de um parque. O responsável pela sua construção, Joaquim José Teixeira Leite, que enriqueceu ainda mais nas lides do café, trouxe para o seu ambiente doméstico requintado, móveis, alfaias e, afinal, uma biblioteca formada pelo seu primeiro proprietário. A curiosidade — e raridade — maior é que tudo isso, inclusive os papéis de parede, está tudo bem conservado e intacto.

Pertence, por doação, ao Instituto das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus e está em fase final de restauração, de conformidade com um convênio assinado entre essa entidade e a D.P.H.A.N.. O objetivo é convertê-la em Museu.

\*

Figura 36. — Forte do Pau Amarelo.

Município de Paulista.  
Estado de Pernambuco.

Nêste ponto os holandeses desembarcaram para ocupar Pernambuco, mas êste forte só foi construído em 1727-1738. Como tôdas as unidades militares construídas no século XVIII, no tempo em que a bala de canhão era uma bola de ferro e as demais armas de fogo desfrutavam de um alcance reduzido, sua feição arquitetônica tem um ar de quem não quer muita briga, de traços tão delicados que possuem.

As obras de sua restauração se deveram à ação conjunta da D.P.H.A.N. e Ministério do Exército.

\*

Figura 37. — Casa Grande de Madalena.

Município de Recife.  
Estado de Pernambuco.

Êste sobrado recifense de enormes proporções, foi residência do ministro João Alfredo, Chefe do Gabinete Imperial na ocasião da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

Foi desapropriado pela Prefeitura Municipal de Recife e destina-se a abrigar o Museu da Abolição. Sua restauração, em curso e na fase final, foi realizada pela D.P.H.A.N. com a colaboração do Conselho Federal de Cultura.

\*

Figura 38. — Paço do Saldanha.

Município de Salvador.  
Estado da Bahia.

Um dos mais nobres edifícios residenciais de Salvador e uma peça importante do documentário arquitetônico brasileiro. Sofreu um desastroso incêndio há cêrca de dois anos, perdendo-se material precioso que compunha o seu interior, onde forros trabalhados, capela dourada e inúmeras soluções de interêsse decorativo e documentário foram con-



sumidos pelas chamas. Desapropriado pelo Govêrno do Estado da Bahia, presentemente estuda-se sua restauração com a participação do Conselho Estadual de Cultura, do Centro de Estudos de Arquitetura Bahiana e D.P.H.A.N. .

A portada de calcáreo, ricamente trabalhada, constitui um documento precioso e único no país.

\*

Figura 39. — Ladeira do Pelourinho.

Município de Salvador.  
Estado da Bahia.

O Pelourinho é um ponto central da cidade tradicional do Salvador e em tôrno dêle se estudou uma área a ser especialmente protegida na sua fisionomia tradicional. Para tanto a D.P.H.A.N. está recebendo a colaboração da UNESCO, da OEA, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia, da municipalidade de Salvador e da Universidade Federal da Bahia, para o estudo, atualmente em curso, de uma sistemática de medidas destinadas a revalorizar e proteger essa área urbana.

\* \*  
\*

### OUTROS TRABALHOS.

Além dos exemplos de trabalho conjunto, realizados em obras, com a participação da D.P.H.A.N. e outros órgãos e entidades igualmente interessadas na preservação e revalorização das peças tombadas de acôrdo com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e que estão ilustradas fotograficamente, outros exemplos devem ser mencionados:

*Com o Ministério do Exército:*

*Forte de Orange ou de Santa Cruz.*

Esta fortaleza foi construída pelos holandeses no extremo sul da ilha de Itamaracá, Pernambuco, sendo conquistada pelos brasileiros logo em seguida à Batalha de Tabocas e então o nome primitivo — Orange — foi substituído pelo de Santa Cruz. A restauração desta

monumental praça de guerra foi empreendida mediante uma ação conjunta da D.P.H.A.N. e o Ministério do Exército.

*Forte dos 3 Reis Magos.*

Este forte é um dos mais vetustos e importantes exemplares brasileiros de arquitetura militar. Está situado em Natal, no Rio Grande do Norte e o início da sua construção foi devido a um padre jesuíta, no século XVI e ainda no primeiro século foi reedificado na forma atual pelo engenheiro-mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita. Sua restauração contou com a participação da D.P.H.A.N., do Ministério do Exército e do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

*Forte do Mar ou São Marcelo.*

Construído no início do século XVII, segundo risco do engenheiro-mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita, não se achava concluído quando, em 1624, os holandeses invadiram a Bahia, tendo servido, justamente, de apoio para o ataque a então sede do Governo. Está localizado em frente à cidade baixa e ao cais dos Saveiros, em Salvador. Foi restaurado há poucos anos com a participação do Ministério do Exército e Prefeitura da capital bahiana.

*Com a UNESCO:*

Para o estudo de um Plano Diretor para o Município de Parati — Estado do Rio de Janeiro — a D.P.H.A.N. está contando com a colaboração e assistência técnica da UNESCO, sendo o problema encaminhado através de um concurso para a escolha da equipe de planejamento que deverá ser incumbida do trabalho.

*Com a Universidade do Espírito Santo:*

O solar Monjardim, na chácara do Barão de Monjardim, em Vitória, data do início do século passado e foi ilustrado pela hospedagem que proporcionou ao viajante Auguste de Saint-Hilaire — e em 1842 — aos senadores do Império, Diogo Antônio Feijó e Campos Vergueiro, quando banidos. A Universidade está desapropriando o imóvel e a D.P.H.A.N. realizará as obras destinadas à instalação de um Museu.

*Com o Estado da Guanabara:*

*Casa do Capão do Bispo.*

Esta residência foi ocupada pelo primeiro bispo brasileiro do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Martiniano Castelo Branco. Daí saíram muitos saquinhos com sementes de café, inclusive de cafeeiros plantados na propriedade rural de que era sede.

Foi desapropriada pelo Governo do Estado da Guanabara e está sendo restaurada pela D.P.H.A.N. para servir como unidade museológica.

*Com o Conselho Federal de Cultura:*

A Casa da Câmara e Cadeia de Santos, uma das primeiras construções destinadas à administração pública realizadas em seguida ao Ato Adicional de 1834, e que foi tombada juntamente com a praça arborizada que a emoldura, e cujas obras de restauração vêm sendo executadas pela D.P.H.A.N., recebeu uma contribuição do Conselho Federal de Cultura.

Ao mesmo tempo que proporcionava essa colaboração, o CFC fazia o mesmo para a Casa de Madalena, em Recife, e para a construção de uma nova unidade destinada a abrigar o rico acervo do ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO.

Com meios da mesma origem estão sendo beneficiados o MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO e a ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS; neste último caso, há contribuição do próprio Governo de Pernambuco.

*Com o Conselho Estadual de Cultura da Bahia:*

Conjunto urbano de Pôrto Seguro, localizado na área que assistiu à descoberta do Brasil. Com a colaboração desse Conselho e do Governo do Estado da Bahia, foram realizadas obras de revalorização desse conjunto arquitetônico com a restauração de peças de arquitetura religiosa e civil, especialmente a Casa da Câmara e Cadeia e o denominado MARCO DO DESCOBRIMENTO, que foi agenciado em terrapleno para este fim projetado e construído.

*Com o Governo do Estado de Minas Gerais:*

Qualquer cidade brasileira que se prezasse, tinha seu teatro, no século passado; isso, pelo menos, nas áreas de produção mais viva. No Vale do Paraíba, quando o café ganhava fôros de passe de mágica financeiro, tôdas as cidades mantinham um teatro. Dos antigos teatros de Minas Gerais, os mais importantes foram os de Sabará e Ouro Preto. O de Sabará foi edificado por volta de 1800, e embora sua elegância no exterior seja discreta, o seu interior é bastante decorado. Sua restauração está sendo custeada pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

O Hotel de Ouro Preto foi uma das primeiras edificações novas feitas sob a inspiração do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O projeto, de Oscar Niemeyer, levantou celêuma: naquele tempo ainda era difícil compreender um projeto moderno, harmonizando com o ambiente de Ouro Preto. Daí a concessão de um telhado de telhas de canal, em substituição ao projeto primitivo, que era plano, com vegetação. O custo das obras foi atendido pela D.P.H.A.N. e pela administração estadual de Minas Gerais.

*Com as autoridades eclesiásticas:*

O antigo aljube de Olinda, construção do século XVIII, cujo aproveitamento para a instalação do Museu de Arte Contemporânea, trouxe a colaboração da Fundação Assis Chateaubriand.

O Convento de Nossa Senhora dos Anjos, de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, foi construído no início do século XVII pelos frades capuchos, ao lado da igreja conventual e capela, consistório e cemitério dos Irmãos Terceiros. Mediante convênio entre a D.P.H.A.N. e a Mitra de Niterói, foi realizada a restauração da ala fronteira do antigo convento para aí instalar um MUSEU DE ARTE SACRA.

O edifício do antigo Convento do Carmo, do Rio de Janeiro, que serviu como residência de D. Maria I, como anexo do Paço da Cidade, sofreu uma reforma desfiguradora em 1907. As obras de restauração estão sendo realizadas sob a orientação da D.P.H.A.N., a expensas da Faculdade Cândido Mendes de Almeida, agora aí sediada.

Mosteiro e Igreja de São Bento, do Rio de Janeiro, cuja construção foi iniciada em 1617, segundo o risco do engenheiro-mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita e foi reestruturado e ampliado, a partir de 1668, pelo monge arquiteto Bernardo de São Bento. Constitui um exemplar de excepcional importância no acervo arquitetônico brasileiro, inclusive pelo precioso recheio que possui, talha, escultura, pintura, mobiliário, ourivesaria e prataria, além de valiosa biblioteca e arquivo. O monumento está, no momento, em fase final de obras de restauração da Igreja e Mosteiro, executadas a expensas da comunidade monástica e sob a orientação da D.P.H.A.N.

*Com a Fundação Assis Chateaubriand:*

Forte Príncipe da Beira.  
Guajará-Mirim.  
Território de Rondônia.

Depois do Tratado de Madri, foi estabelecido um plano de defesa das fronteiras que, no século XVIII, definiam a dominação portuguesa na América. Sua expressão, no mais extremo norte, foi o Forte do Príncipe da Beira. Localizado numa região de ocupação por demais rala e destituída tanto de exploração econômica como de interesse político mais vivo, esta unidade de arquitetura militar ficou, praticamente, abandonada.

Sua restauração se deveu à inteligência de Assis Chateaubriand que encetou uma vigorosa campanha em favor da sua recuperação e obteve meios para as obras necessárias. Atualmente é ocupado por uma guarnição militar.

*Com o Govêrno do Estado da Bahia:*

Casa do Engenho Freguesia.

Matoim.

Estado da Bahia.

Imponente residência de engenho, construída no século XVIII. Ao contrário dos engenhos do sul, que preferiram um partido aglutinado, os engenhos do Nordeste tiveram que optar — o volume da produção, em escala internacional, os forçava a isso — por um partido aberto, casa, capela, engenho, casa de purgar, etc. cada um com edifício próprio. Este engenho Freguesia teve a ilustrá-lo o fato de ter pertencido ao historiador Rocha Pita.

Destina-se a Museu e para tanto está sendo restaurado de conformidade com convênio assinado entre a administração do Estado da Bahia e a D.P.H.A.N.

*Com a Prefeitura de Rio Claro (SP):*

Sobrado da Baroneza de Dourados.

A zona da Paulista foi ocupada pelo café na segunda metade do século passado. Na região de Rio Claro, ocorrem dois tipos de solos, ambos procedentes da Série São Bento. A tectónica desta Série é construída por *trapps* sucessivos de arenito e diabase; os solos procedentes daquele originaram fáceis desértico, os provenientes da diabase são as melhores terras roxas do Estado de São Paulo. Foi nas manchas destas que se instalaram as fazendas dos cafêstas do fim do Império e começo da República. O sobrado de um destes cafêstas — residência urbana — é, atualmente, aproveitado para Museu em convênio com a Cadeira de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sediada naquela cidade. E' propriedade da Prefeitura e sua restauração foi feita mediante um ajuste entre a administração municipal e a D.P.H.A.N.

*Com a Comissão do 4º Centenário de São Paulo:*

Casa do Butantã.

Nêste local, houve uma sesmaria de Afonso Sardinha e foi reservado para praça num loteamento da *City*. A residência encontrada é um exemplar tardio da arquitetura paulista da época dos bandeirantes. Tudo leva a acreditar que se trate de uma peça da segunda metade do século XVIII. Na oportunidade das comemorações do 4º Centenário da Cidade de São Paulo, a Comissão que dirigiu os festejos convocou a D.P.H.A.N. para auxiliá-la na restauração desta morada. Na falta de material — móveis e alfaias — de procedência paulista, encheram a casa de móveis adquiridos em Minas Gerais.

*Com a Prefeitura de Laguna (SC):*

Museu Anita Garibaldi.

Esta peça de arquitetura oficial, atualmente aproveitada para sediar o Museu Anita Garibaldi, foi restaurada pela D.P.H.A.N. mediante um ajuste com a Prefeitura de Laguna. Como antiga Casa de Câmara e Cadeia, apresenta a particularidade de oferecer dois acessos inteiramente independentes, solução usual nos edifícios públicos de dupla destinação. Em Santos, (SP), ela é encontrada na antiga Casa do Trem Real.

*Com a FAPESP de São Paulo:*

O documentário fotográfico da D.P.H.A.N. conta com o material recolhido desde 1937, grande parte dêle dispondo apenas de cópias fotográficas. O 4º Distrito da D.P.H.A.N. dispõe de um laboratório fotográfico em grande parte devido aos esforços e dedicação de seu antigo funcionário e fotógrafo, Germano Graeser, responsável pela modelar organização do documentário fotográfico dêsse Distrito. Com a colaboração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo foi implantado o projeto de "Remanejamento do Documentário Fotográfico da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", trabalho êsse que está em curso. Com isso, os estudiosos de São Paulo têm à sua disposição o documento de todo o país e não apenas o referente aos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que constituem a área de atuação do 4º Distrito.

Outro projeto, também em realização na área do 4º Distrito da D.P.H.A.N., com a colaboração da FAPESP e do Conselho Federal de Cultura é o "INVENTÁRIO DE ARTES MENORES". Na verdade, êste projeto é um trabalho piloto que posteriormente deverá se estender a todo o país, e constitui uma ação preliminar para o estudo do mobiliário nacional, das alaias, jóias, etc. Um detalhe da maior importância dêste projeto é o inventário das peças de escultura e pintura sacras que foram deslocadas do seu funcionamento primitivo e que passaram a ser peças de decoração. Sem tal inventário, não será possível realizar estudos mais completos sôbre belas artes e artes menores no Brasil.

Ainda com a FAPESP, através do Centro de Documentação Histórica, foi firmado um convênio para microfilmar e restaurar os documentos referentes ao Período Colonial existentes no Museu das Bandeiras de Goiás. Para o ano em curso, espera-se realizar serviço equi- valente na documentação do Período Imperial.

A presente publicação já estava no prelo quando, no dia 6 de agosto, o Egrégio Tribunal de Contas da União aprovou a seguinte resolução:

**RESOLUÇÃO Nº 94/70**

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das suas atribuições constitucionais e legais,

considerando a urgência de proteger os monumentos históricos e artísticos do país e

considerando a necessidade de dotar os Estados e Territórios e os Municípios de recursos suficientes,

**RESOLVE:**

Art.1. Os Estados e os Territórios, bem como os seus respectivos municípios. constantes da relação anexa, poderão aplicar, na proteção dos seus monumentos históricos e artísticos e as imagens, quadros, móveis e outros objetos que existem nesses monumentos, até 5% do Fundo de Participação a eles atribuído.

§ 1º. A aplicação desses recursos obedecerá aos preceitos técnicos estabelecidos pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. com que se entenderão, em cada caso, aquelas entidades, as quais também ouvirão os Conselhos de Cultura e os Departamentos do Patrimônio Histórico e Artístico dos Estados e dos Territórios.

Art. 2º. A autorização para o dispêndio de porcentagem mais elevada será precedida sempre de parecer da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Tribunal de Contas da União, sala das Sessões. em 6 de agosto de 1970.

Iberê Gilson  
Ministro-Presidente

\*

**DIRETORIA DO PATRIMÔNIO E ARTÍSTICO NACIONAL**

**ALAGOAS:** Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Penedo e Pôrto Calvo

**AMAPÁ:** Macapá

**AMAZONAS:** Manaus

**BAHIA:** Cachoeira, Cairu, Itaparica, Ituaçu, Jaguaripe, Maragogipe, Mata de São João, Nazaré, Pôrto Seguro, Rio das Contas, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé.

**CEARÁ:** Aracati e Fortaleza

**DISTRITO FEDERAL:** Brasília

**ESPÍRITO SANTO:** Anchieta, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória

**FERNANDO DE NORONHA:**

**GOIÁS:** Goiás, Jaraguá, Niquelândia, Pilar de Goiás e Pirenópolis

**GUANABARA:** Rio de Janeiro

**MARANHÃO:** Alcântara e São Luís

**MATO GROSSO:** Chapada dos Guimarães

**MINAS GERAIS:** Barão de Cocais, Belo Horizonte, Belo Vale, Caeté, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Diamantina, Itabira, Itabirito, Juiz de Fora, Lagoa Santa, Lavras, Manga, Mariana, Matias Barbosa, Matozinhos, Minas Novas, Nova Era, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Paracatu, Pitangui, Prados, Raposos, Rezende Costa, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santos Dumont. São João Del Rei, Sete Lagoas, Sêro, Tiradentes e Uberaba

**PARÁ:** Belém, Gurupá e Vigia

**PARAÍBA:** Ingá, João Pessoa, Pilar, Santa Rita e Sousa

**PARANÁ:** Curitiba, Guratuba, Lapa e Paranaguá

**PERNAMBUCO:** Cabo, Goiana, Igarapé, Ipojuca, Itamaracá, Jaboatão, Nazaré da Mata, Olinda, Pau Dalho, Paulista, Recife, Sirinhaém e Vicência

**PIAUI:** Campo Maior, Oeiras, Piracuruca, e Teresina

**RIO DE JANEIRO:** Angra dos Reis, Cabo Frio, Campos, Carmo Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Itaboraí, Magé, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Parati, Petrópolis, Rio Bonito, São Gonçalo, São João da Bara, São Pedro da Aldeia, Três Rios e Vasouras

**RIO GRANDE DO NORTE:** Acari, Arês, Caicó, Canguaretama, Natal, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu, Touros e Vila Flôr

**RIO GRANDE DO SUL:** Bagé, Bcm Jesus, Caçapava do Sul, Pelotas, Piratini, Pôrto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Angelo, e Viamão

**RONDONIA:** Guarajá Mirim

**SANTA CATARINA:** Biguaçu, Florianópolis, Joinville, Laguna

**SÃO PAULO:** Atibaia, Bananal, Barreiro, Brodosqui, Campinas, Cotia, Embu, Guararema, Guratinguetá, Guarujá, Ilha Bela, Itanhaém, Itu, Mogi das Cruzes, Rio Claro, Santana do Parnaíba, Santos, São José do Rio Pardo, São Luís do Paraitinga, São Paulo, São Roque, São Sebastião, São Vicente, Sorocaba, Taubaté e Ubatuba

**SERGIPE:** Cotinguiba, Divina Pastora, Estância, Itaporanga de Ajuda, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas, São Cristovão e Tomar de Geru (\*)

(\*) . — Colaboraram na fatura desta publicação: Trabalho de cópias fotográficas: Equipe de fotografia do 4º Distrito da D.P.H.A.N. Composição e acessoria: arq. Júlio Abe Wakahara. Revisão dos textos: Daniel Linguanotto. Notas e Comentários: arq. Luís Saia.